



Contrato

CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, ALARME, VIDEOMONITORAMENTO (CFTV) E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA, COMPREENDENDO CONTROLADORES DE ACESSO COM RECONHECIMENTO FACIAL, DISPOSITIVOS DE ACIONAMENTO, FONTES ININTERRUPTAS, SENSORES, CENTRAIS E PERIFÉRICOS DE ALARME, CÂMERAS, CABEAMENTO ESTRUTURADO, ARMAZENAMENTO DE DADOS, GRAVADOR DE VÍDEO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, NOBREAK E COMPONENTES ELÉTRICOS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.	45/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.	06/2026
EDITAL Nº.	06/2026
CONTRATO Nº.	47/2026
NÚMERO PREGÃO ELETRÔNICO CORRESPONDENTE COMPRASGOV	90006

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA E A EMPRESA SILVIO APARECIDO DE MEDEIROS ELETRONICOS - EPP REFERENTE CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, ALARME, VIDEOMONITORAMENTO (CFTV) E INFRAESTRUTURA ELÉTRICA, COMPREENDENDO CONTROLADORES DE ACESSO COM RECONHECIMENTO FACIAL, DISPOSITIVOS DE ACIONAMENTO, FONTES ININTERRUPTAS, SENSORES, CENTRAIS E PERIFÉRICOS DE ALARME, CÂMERAS, CABEAMENTO ESTRUTURADO, ARMAZENAMENTO DE DADOS, GRAVADOR DE VÍDEO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, NOBREAK E COMPONENTES ELÉTRICOS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS.

A Câmara Municipal de Extrema, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, município de Extrema, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ nº. 19.038.603/0001-00, representada pelo seu presidente, Rafael Silva de Souza Lima, inscrito no CPF nº 056.916.036-71, e de outro lado



a empresa Silvio Aparecido de Medeiros Eletrônicos - EPP, estabelecida na Rua Cecília da Silva, nº 428, Bairro Nossa Senhora do Ô, São Paulo/SP, CEP 02927-030, inscrita no CNPJ nº. 13.728.507/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Silvio Aparecido de Medeiros, portador da Cédula de Identidade nº. 14.507.084-0, e CPF nº. 037.804.626-42, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente CONTRATO como especificado no seu objeto, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO nº. 45/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 06/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, e Lei Complementar Nº 123/2006 mediante as cláusulas e condições que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS/ DO QUANTITATIVO

- 1.1 **CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS** para fornecimento de: **GRUPO 02 – CENTRAL DE ALARME: ITEM 04:** 59 (cinquenta e nove) peças de **SENSOR DE MOVIMENTO INFRAVERMELHO SEM FIO**. Sensor de movimento tipo infravermelho passivo (PIR), próprio para uso em sistemas de alarme eletrônico. Tecnologia sem fio, com comunicação compatível com central de alarme do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente. Alcance mínimo de detecção de 12 metros e ângulo de cobertura mínimo de 90 graus. Possuir tecnologia de detecção com compensação automática de temperatura, garantindo maior precisão na detecção. Indicação visual por LED para sinalização de funcionamento e detecção. Alimentação por bateria interna, com baixo consumo de energia e longa duração. Possuir sistema de supervisão de bateria fraca e comunicação com a central de alarme. Instalação em parede, com suporte de fixação incluso. Próprio para uso em ambientes internos. Cor branca ou neutra. **MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA:** Intelbras IVP 8000 PET, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado; **ITEM 05:** 03 (três) peças de **CENTRAL DE ALARME CONTRA INTRUSÃO SEM FIO**. Central de alarme contra intrusão, com comunicação sem fio, própria para monitoramento e proteção de ambientes internos. Capacidade mínima para gerenciamento de 64 dispositivos sem fio, incluindo sensores de movimento, sensores de abertura, controles remotos e sirenes. Possuir comunicação via rede Ethernet e Wi-Fi integrada, permitindo configuração e gerenciamento remoto. Possuir suporte a comunicação com aplicativo móvel e software de monitoramento. Compatível com sensores sem fio, controles remotos, sirenes e demais dispositivos do sistema de alarme do mesmo fabricante ou compatíveis com o sistema existente. Possuir sistema de supervisão dos dispositivos conectados, com monitoramento de falhas, bateria fraca e perda de comunicação. Permitir cadastro de múltiplos usuários com diferentes níveis de acesso. Possuir memória interna para registro de eventos. Possuir saída para sirene com fio e compatibilidade com sirene sem fio. Alimentação elétrica bivolt automático (127/220 V AC), com suporte a bateria interna ou externa para funcionamento em caso de falta de energia. Gabinete em material resistente, próprio para instalação em parede, com fixação adequada. Produto próprio para uso em sistemas de segurança patrimonial institucional. **MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA:** Intelbras AMT 8000 PRO, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado; **ITEM 06:** 03 (três) peças de **TECLADOS SEM FIO**



PARA CENTRAL DE ALARME. Alimentação por bateria de longa duração, indicação de nível de bateria fraca, display para exibição de status do sistema (armado/desarmado, zonas, falhas), teclas retroiluminadas, sinalização sonora (bipe) para confirmação de comandos; permitir inserção de senha de usuários, material em plástico resistente de alta durabilidade, instalação de sobrepor em parede. MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA Intelbras (linha AMT XAT 8000), ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado. **ITEM 07:** 04 (quatro) peças de SIRENES SEM FIO PARA SISTEMA DE ALARME. Sirene eletrônica sem fio, própria para uso em sistemas de alarme contra intrusão. Comunicação sem fio compatível com central de alarme do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente. Potência sonora mínima de 100 dB a 1 metro de distância. Possuir sinalização sonora para disparo de alarme. Alimentação por bateria interna, com sistema de supervisão de nível de bateria e indicação de bateria fraca. Possuir sistema de supervisão de comunicação com a central de alarme. Gabinete em material plástico de alta resistência. Própria para instalação em ambientes internos. Instalação em parede ou superfície compatível, com suporte de fixação incluso. Cor branca ou neutra. MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: Intelbras XSS 8000, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado; **ITEM 08:** 03 (três) peças de **REPETIDORES DE SINAL SEM FIO PARA SISTEMA DE ALARME.** Repetidor de sinal sem fio, próprio para expansão da área de cobertura e melhoria da comunicação entre dispositivos e central de alarme. Compatível com centrais de alarme e dispositivos sem fio do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente. Capacidade de ampliar o alcance de comunicação dos dispositivos sem fio em até 1.000 metros em área aberta, ou conforme padrão do fabricante. Comunicação bidirecional supervisionada, garantindo maior confiabilidade na transmissão dos dados. Possuir sistema de supervisão de funcionamento e comunicação com a central de alarme. Alimentação elétrica bivolt automático (127/220 V AC). Possuir bateria interna ou suporte para bateria de backup, permitindo funcionamento em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica. Gabinete em material resistente, próprio para instalação em ambientes internos. Instalação em parede ou superfície compatível. Indicadores visuais de funcionamento e status de comunicação. MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: Intelbras REP 8000, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado; **ITEM 09:** 06 (seis) peças de **CONTROLE REMOTO SEM FIO PARA SISTEMA DE ALARME.** Controle remoto sem fio, próprio para operação e gerenciamento de centrais de alarme contra intrusão. Comunicação sem fio compatível com central de alarme do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente. Possuir no mínimo 3 botões programáveis, permitindo funções como arme, desarme, arme parcial e acionamento de emergência ou função auxiliar. Comunicação com criptografia ou tecnologia equivalente, garantindo maior segurança na transmissão dos comandos. Alcance mínimo de comunicação compatível com o sistema de alarme utilizado. Alimentação por bateria interna substituível, com baixo consumo de energia. Possuir indicação visual de funcionamento por LED. Controle em material resistente, adequado para uso contínuo. Acompanha bateria e acessórios necessários ao funcionamento. Cor predominante preta, branca ou neutra. MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA:





Intelbras XAC 8000, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado.

1.2 Percentual com distribuição prevista por Unidades Administrativas:

Sustentação Administrativa e Operacional do Poder Legislativo

- a) Patrimônio: 76,37%
- b) Consumo: 23,63%

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO / DA ASSINATURA DIGITAL.

- 2.1 Este contrato vincula-se ao EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2026, e todos os seus anexos independentemente de transcrição.
- 2.2 **Admissibilidade da Assinatura Digital:** Para a formalização dos contratos relacionados a este edital, é permitida a utilização de assinatura digital, que deve ser realizada em conformidade com a legislação vigente.
- 2.3 **Responsável pela Assinatura:** A assinatura digital deve ser realizada exclusivamente pela pessoa física que atua como administradora da empresa, ou pelo seu representante legal, sendo vedada a assinatura pela pessoa jurídica.
- 2.4 **Validade e Conformidade:** A assinatura digital deve atender aos requisitos legais de segurança e autenticidade, garantindo a validade jurídica dos documentos eletrônicos.
- 2.5 No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, E INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS.

- 3.1 As partes submetem-se às normas da Federal nº 14.133/2021, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, em complemento ao PROCESSO LICITATÓRIO nº. 45/2026, PREGÃO ELETRÔNICO nº. 06/2026, EDITAL nº 06/2026 e à Lei Complementar Nº 123/2006.
- 3.2 O fornecimento e execução deste CONTRATO regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado.
- 3.3 A data de vigência deste contrato será a data consignada na última cláusula do presente instrumento, a qual será considerada como a data-base para todos os



efeitos do presente contrato. Essa data será válida e eficaz independentemente de o contrato ter sido assinado por meio de assinatura digital ou física, prevalecendo como marco para o início da contagem de prazos, obrigações e demais efeitos decorrentes do presente ajuste.

- 3.4 A licitante se compromete a comunicar à Câmara Municipal de Extrema, por meio de notificação por escrito, qualquer alteração de seu endereço, seja para fins de correspondência ou de contato. A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da mudança, a fim de assegurar a continuidade da efetividade do contrato e o correto envio de documentos, notificações ou quaisquer outras correspondências relacionadas ao presente instrumento.

4. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO / DATA DA ENTREGA / MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/DA VISITA TÉCNICA

- I. O presente modelo de execução estabelece as condições para o fornecimento e instalação de plataforma de acessibilidade para escada, tipo plataforma elevatória inclinada, conforme descrito no objeto, assegurando o atendimento integral às especificações técnicas apresentadas.
- O objeto será executado pelo Regime de Execução Indireta, empreitada por preço unitário. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento (A.F.). Local de entrega: sede da Câmara Municipal de Extrema, situada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626. Bairro Ponte Nova, em Extrema, MG.
 - Caso o fornecimento não seja possível dentro do prazo estabelecido, a licitante deverá solicitar imediatamente a prorrogação, podendo protocolá-la também por e-mail. A concessão do prazo adicional ficará a critério da administração, que decidirá sobre sua aprovação.
 - O fornecimento será de natureza material, com entrega de bens permanentes e de consumo durável, novos, originais de fábrica, sem uso anterior, em perfeito estado de conservação e funcionamento. Todos os itens deverão ser entregues com seus respectivos acessórios, cabos, carregadores, manuais e componentes necessários ao pleno funcionamento, conforme especificações do termo de referência.
 - Itens entregues com defeito, especificação divergente ou dano deverão ser substituídos integralmente. Não será admitido reparo improvisado para fins de aceitação inicial. A substituição deverá ocorrer dentro do prazo definido pela Administração.
 - O objeto deverá ser realizado em conformidade com o descrito. Os objetos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, pelo almoxarife e pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pelo



- perfeito fornecimento do CONTRATO, independente de lavratura de termo ou não.
- g) Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
 - h) Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até cinco dias corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação independente de celebração de termo.
 - i) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
 - j) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
 - k) Garantia: Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. Todos os itens deverão estar acompanhados de garantia mínima de 12 meses. O prazo de validade da garantia mínima não será inferior a 12 (doze meses), a contar da data de emissão da nota fiscal, independente de transcrição, para todos os efeitos, salvo se for transcrito prazo superior, onde prevalecerá este último. Caso seja transcrito prazo inferior, também prevalecerá 12 (doze) meses.
 - l) Não será admitida, em nenhuma hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, permanecendo a contratada como única e integral responsável pela execução do fornecimento perante a CONTRATANTE. Fica igualmente vedada a prática de triangulação comercial, assim entendida como a intermediação por terceiros não contratados para faturamento, fornecimento ou entrega dos bens. Todos os itens deverão ser fornecidos diretamente pela contratada, em seu próprio nome e CNPJ, sob pena de rescisão contratual, aplicação das sanções cabíveis e demais medidas previstas na legislação aplicável.

II. DA VISITA TÉCNICA E DA RESPONSABILIDADE

A Contratada declara que, previamente à assinatura do contrato, avaliou de forma suficiente as condições necessárias ao fornecimento do objeto, seja por meio de realização de visita técnica, seja com base nas informações constantes do edital e de seus anexos.

- a. Na hipótese de ter realizado visita técnica, a Contratada reconhece que tomou pleno conhecimento das condições locais, características do ambiente e demais fatores que possam influenciar na execução contratual, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela adequada execução do objeto. Na hipótese de não ter realizado visita técnica, a Contratada declara-se igualmente ciente e plenamente informada sobre as condições de execução, assumindo integral responsabilidade por sua



- proposta, não podendo alegar, em qualquer tempo, desconhecimento de condições locais ou insuficiência de informações.
- b. Em qualquer das hipóteses, a realização ou não da visita técnica não poderá ser invocada como justificativa para:
- I. descumprimento de obrigações contratuais;
 - II. solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legais;
 - III. alteração de prazos por motivos previsíveis;
 - IV. revisão contratual fundada em alegação de desconhecimento das condições de execução.
- c. A responsabilidade pela correta avaliação dos serviços, dos meios necessários, dos custos envolvidos e das condições de execução é exclusiva da Contratada.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO.

- 5.1 O valor unitário e a quantidade para o fornecimento do presente CONTRATO são os estabelecidos na tabela a seguir:

GRUPO 02 – CENTRAL DE ALARME

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO/ GARANTIA (MESES)	VALOR UNITÁRIO	QUANT.	VALOR GLOBAL
04	SENSOR DE MOVIMENTO INFRAVERMELHO SEM FIO. Sensor de movimento tipo infravermelho passivo (PIR), próprio para uso em sistemas de alarme eletrônico. Tecnologia sem fio, com comunicação compatível com central de alarme do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente. Alcance mínimo de detecção de 12 metros e ângulo de cobertura mínimo de 90 graus. Possuir tecnologia de detecção com compensação automática de temperatura, garantindo maior precisão na detecção. Indicação visual por LED para sinalização de funcionamento e detecção. Alimentação por bateria interna, com baixo consumo de energia e longa duração. Possuir sistema de supervisão de bateria fraca e comunicação com a central de alarme. Instalação em parede,	Intelbras/ IVP 8000 PET	R\$ 150,00	59 peças	R\$ 8.850,00



	<p>com suporte de fixação incluso. Próprio para uso em ambientes internos. Cor branca ou neutra.</p> <p>MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: Intelbras IVP 8000 PET, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado.</p>				
05	<p>CENTRAL DE ALARME CONTRA INTRUSÃO SEM FIO.</p> <p>Central de alarme contra intrusão, com comunicação sem fio, própria para monitoramento e proteção de ambientes internos.</p> <p>Capacidade mínima para gerenciamento de 64 dispositivos sem fio, incluindo sensores de movimento, sensores de abertura, controles remotos e sirenes. Possuir comunicação via rede Ethernet e Wi-Fi integrada, permitindo configuração e gerenciamento remoto. Possuir suporte a comunicação com aplicativo móvel e software de monitoramento. Compatível com sensores sem fio, controles remotos, sirenes e demais dispositivos do sistema de alarme do mesmo fabricante ou compatíveis com o sistema existente. Possuir sistema de supervisão dos dispositivos conectados, com monitoramento de falhas, bateria fraca e perda de comunicação. Permitir cadastro de múltiplos usuários com diferentes níveis de acesso.</p> <p>Possuir memória interna para registro de eventos. Possuir saída para sirene com fio e compatibilidade com sirene sem fio. Alimentação elétrica bivolt automático (127/220 V AC), com suporte a bateria interna ou externa para funcionamento em caso de falta de energia. Gabinete em material resistente, próprio para instalação em parede, com fixação adequada. Produto próprio para uso em sistemas de segurança patrimonial institucional.</p>	Intelbras/ AMT 8000 PRO	R\$ 593,00	3 peças	R\$ 1.779,00





	MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: Intelbras AMT 8000 PRO, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado.				
06	TECLADO SEM FIO PARA CENTRAL DE ALARME. Alimentação por bateria de longa duração, indicação de nível de bateria fraca, display para exibição de status do sistema (armado/ desarmado, zonas, falhas), teclas retroiluminadas, sinalização sonora (bipe) para confirmação de comandos; permitir inserção de senha de usuários, material em plástico resistente de alta durabilidade, instalação de sobrepor em parede. MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA Intelbras (linha AMT XAT 8000), ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado.	Intelbras/ AMT XAT 8000	R\$ 340,00	3 peças	R\$ 1.020,00
07	SIRENE SEM FIO PARA SISTEMA DE ALARME. Sirene eletrônica sem fio, própria para uso em sistemas de alarme contra intrusão. Comunicação sem fio compatível com central de alarme do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente. Potência sonora mínima de 100 dB a 1 metro de distância. Possuir sinalização sonora para disparo de alarme. Alimentação por bateria interna, com sistema de supervisão de nível de bateria e indicação de bateria fraca. Possuir sistema de supervisão de comunicação com a central de alarme. Gabinete em material plástico de alta resistência. Própria para instalação em ambientes internos. Instalação em parede ou superfície compatível, com suporte de fixação incluso. Cor branca ou neutra.	Intelbras/ XSS 8000	R\$ 306,16	4 peças	R\$ 1.224,64



	MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: Intelbras XSS 8000, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado.				
08	REPETIDOR DE SINAL SEM FIO PARA SISTEMA DE ALARME. Repetidor de sinal sem fio, próprio para expansão da área de cobertura e melhoria da comunicação entre dispositivos e central de alarme. Compatível com centrais de alarme e dispositivos sem fio do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente. Capacidade de ampliar o alcance de comunicação dos dispositivos sem fio em até 1.000 metros em área aberta, ou conforme padrão do fabricante. Comunicação bidirecional supervisionada, garantindo maior confiabilidade na transmissão dos dados. Possuir sistema de supervisão de funcionamento e comunicação com a central de alarme. Alimentação elétrica bivolt automático (127/220 V AC). Possuir bateria interna ou suporte para bateria de backup, permitindo funcionamento em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica. Gabinete em material resistente, próprio para instalação em ambientes internos. Instalação em parede ou superfície compatível. Indicadores visuais de funcionamento e status de comunicação. MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: Intelbras REP 8000, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado.	Intelbras/ REP 8000	R\$ 350,00	3 peças	R\$ 1.050,00
09	CONTROLE REMOTO SEM FIO PARA SISTEMA DE ALARME. Controle remoto sem fio, próprio para operação e gerenciamento de centrais de alarme contra intrusão. Comunicação sem fio compatível com central de alarme do mesmo fabricante ou compatível com o sistema existente.	Intelbras/ XAC 8000	R\$ 90,00	6 peças	R\$ 540,00





<p>Possuir no mínimo 3 botões programáveis, permitindo funções como arme, desarme, arme parcial e acionamento de emergência ou função auxiliar. Comunicação com criptografia ou tecnologia equivalente, garantindo maior segurança na transmissão dos comandos. Alcance mínimo de comunicação compatível com o sistema de alarme utilizado. Alimentação por bateria interna substituível, com baixo consumo de energia. Possuir indicação visual de funcionamento por LED. Controle em material resistente, adequado para uso contínuo. Acompanha bateria e acessórios necessários ao funcionamento. Cor predominante preta, branca ou neutra.</p> <p>MARCA E MODELO DE REFERÊNCIA: Intelbras XAC 8000, ou equivalente, superior ou compatível com o sistema que será instalado.</p>				
VALOR GLOBAL GRUPO 02				R\$ 14.463,64

5.2 O valor global estimado do presente contrato é de R\$ R\$ 14.463,64 (quatorze mil, quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

6. CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (OS CRITÉRIOS E A PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO E O PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO E PARA PAGAMENTO).

Recebimento

6.1 O pagamento somente será realizado, com base no objeto efetivamente entregue e realizado nas condições estabelecidas. A pontualidade constitui condição essencial do ajuste: entregas fora do horário fixado não serão toleradas e poderão ser recusadas total ou parcialmente, sem ônus para a CONTRATANTE, facultada a aplicação das penalidades cabíveis. O risco e a logística de transporte são de responsabilidade integral da CONTRATADA.



- 6.2 No caso de controvérsia sobre a entrega do objeto o mesmo poderá ser rejeitado pelo almoxarife.
- 6.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Liquidação

- 6.4 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 6.4.1 O pagamento referente ao fornecimento do objeto deste CONTRATO será efetuado nas seguintes condições: em parcela única em até 10 (dez) dias úteis a partir da liquidação, mediante apresentação da competente nota fiscal, em consonância com o que foi efetivamente realizado e entregue.
- 6.5 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) a data da emissão;
 - b) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - c) o período respectivo de execução do contrato;
 - d) o valor a pagar; e
 - e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.7 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.
- 6.8 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 6.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 6.11 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Prazo de pagamento

- 6.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 6.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

Forma de pagamento

- 6.14 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou mediante boleto bancário.
- 6.15 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.15.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.16 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.
- 6.17 Não será admitida a antecipação de pagamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME ESPECIAL.

- 7.1 O contratado não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por regime especial, caso comprove. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto em Lei Complementar.

8. CLÁUSULA OITAVA – DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

- 8.1 **Vigência:** O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026. Não haverá renovação contratual. Vigência inicial contada da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato, no caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da



vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento. A garantia ofertada na proposta não se extingue com esse contrato.

8.2 **Renovação:** O contrato não será renovado.

8.3 **Do reajustamento:** Não se aplica.

9. CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

9.3 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

9.6 Multa:

9.6.1 moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



- 9.6.2 compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 9.7 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;
- 9.8 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;
- 9.9 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 9.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;
- 9.11 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.12 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.13 Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 9.15 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 9.16 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.





- 9.17 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 9.18 Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA.

- 10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Extrema. A contratação será atendida pelas seguintes dotações e fichas:

Dotação: 3.3.90.30.99

Ficha:50

Resumo: OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

Dotação: 3.3.90.30.99

Ficha:6

Resumo: OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

Dotação: 4.4.90.52.99

Ficha:11

Resumo: OUTROS MATERIAIS PERMANENTES

11. CLÁUSULA ONZE – DOS REQUISITOS MÍNIMOS

A presente contratação deverá atender a um conjunto de requisitos técnicos, operacionais, normativos e de qualidade, visando assegurar o pleno funcionamento da solução de segurança eletrônica, sua integração com a infraestrutura existente e a durabilidade dos equipamentos ao longo de seu ciclo de vida.

a) Requisitos técnicos dos equipamentos

Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, e atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência. Deverão possuir características compatíveis com aplicações profissionais e institucionais, garantindo desempenho adequado em operação contínua. Todos os dispositivos deverão ser compatíveis entre si e com os sistemas já existentes no órgão, especialmente no que se refere à integração entre controle de acesso, CFTV e sistema de alarme.

b) Requisitos de compatibilidade e integração

A solução deverá permitir integração plena entre seus componentes, possibilitando comunicação eficiente entre controladores de acesso, centrais de alarme, câmeras e



sistemas de gerenciamento. Os equipamentos deverão operar em padrões consolidados de mercado, utilizando protocolos reconhecidos, interfaces abertas ou compatíveis, assegurando interoperabilidade e futura expansão do sistema.

c) Requisitos de desempenho e capacidade

Os equipamentos deverão atender aos parâmetros mínimos de desempenho definidos, tais como capacidade de armazenamento, número de dispositivos suportados, alcance de sensores, resolução de imagens e velocidade de processamento. Deverão suportar operação contínua, em regime 24 horas por dia, 7 dias por semana, sem comprometimento da qualidade ou da confiabilidade.

d) Requisitos de alimentação elétrica e proteção

Todos os equipamentos deverão ser compatíveis com a rede elétrica local, preferencialmente com alimentação bivolt automática. Deverão possuir sistemas de proteção contra surtos, sobrecargas, curto-circuito e variações de tensão. A solução deverá contemplar dispositivos de alimentação ininterrupta, garantindo continuidade de operação em caso de falha no fornecimento de energia elétrica.

e) Requisitos de instalação e infraestrutura

Os equipamentos deverão ser adequados para instalação em ambientes internos ou externos protegidos, conforme especificado. Deverão acompanhar todos os acessórios necessários à instalação, como suportes, fontes, conectores e cabos. A infraestrutura deverá seguir boas práticas de instalação, garantindo organização, segurança e facilidade de manutenção.

f) Requisitos de operação e usabilidade

A solução deverá permitir fácil operação por parte dos usuários autorizados, por meio de interfaces intuitivas e sistemas de gerenciamento acessíveis. Deverá possibilitar o cadastro de usuários, configuração de permissões, monitoramento em tempo real e consulta a registros históricos. O acesso remoto deverá ser permitido de forma segura, quando aplicável.

g) Requisitos de confiabilidade e segurança da informação

Os sistemas deverão garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações geradas. Deverão possuir mecanismos de autenticação, controle de acesso e, quando aplicável, criptografia na comunicação. Os registros de eventos deverão ser armazenados de forma segura e acessível para auditoria.

h) Requisitos de manutenção e suporte

Os equipamentos deverão permitir manutenção preventiva e corretiva, com facilidade de substituição de componentes e atualização de firmware ou software. Deverão possuir indicadores de funcionamento e diagnóstico de falhas. O fornecedor deverá garantir suporte técnico e assistência conforme condições estabelecidas contratualmente.

i) Requisitos de garantia e qualidade

Todos os itens deverão possuir garantia mínima conforme legislação vigente e práticas de mercado, assegurando cobertura contra defeitos de fabricação. Os produtos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, incluindo certificações nacionais pertinentes, como as exigidas por órgãos reguladores.



j) Requisitos ambientais e de sustentabilidade

Os equipamentos deverão apresentar eficiência energética e baixo consumo de energia, sempre que possível. Ao final da vida útil, deverão permitir descarte adequado, em conformidade com a legislação ambiental, especialmente no que se refere a resíduos eletroeletrônicos.

k) Requisitos legais e normativos

A contratação deverá observar integralmente a legislação aplicável às contratações públicas, bem como normas técnicas nacionais e internacionais pertinentes aos equipamentos e sistemas de segurança eletrônica. Deverá respeitar, ainda, os critérios de exclusividade para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparadas, conforme previsto na legislação vigente.

12. CLÁUSULA DOZE – DA MATRIZ DE RISCO / DA GESTÃO DE RISCOS E MEDIDAS CORRETIVAS.

- 12.1 A Matriz de Risco é anexa do processo licitatório e vincula-se a esta contratação, independentemente de transcrição.
- 12.2 As partes contratantes reconhecem os riscos inerentes à execução do presente contrato, comprometendo-se a adotar medidas de prevenção, mitigação e correção, conforme os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e boa gestão contratual.
- 12.3 Caso a Contratada venha a perder as condições técnicas, operacionais ou financeiras para a adequada execução do objeto contratual, a CONTRATANTE poderá instaurar processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, com vistas à rescisão contratual motivada. Nessa hipótese, será convocado o segundo colocado ou adotadas as providências legais cabíveis para a continuidade do serviço ou entrega do bem.
- 12.4 Na ocorrência de prestação de serviço ou entrega de bens em desconformidade com as especificações contratuais, a CONTRATADA será formalmente notificada para sanar as irregularidades no prazo estipulado. O descumprimento implicará a aplicação de penalidades contratuais, inclusive a possibilidade de rescisão.
- 12.5 Verificada, a qualquer tempo, a existência de impedimento legal da CONTRATADA para celebrar contrato com a Administração, inclusive por meio de consultas ao CNEP, TCU ou demais cadastros públicos, será realizada sua imediata inabilitação, com a adoção das providências legais subseqüentes.
- 12.6 Em caso de atraso na entrega por parte da CONTRATADA, será exigida a reprogramação contratual e poderá ser aplicada multa prevista neste instrumento. Persistindo a mora, a CONTRATANTE poderá proceder à substituição da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 12.7 Na hipótese de ocorrência de reajuste extraordinário de insumos que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser pleiteado o reequilíbrio, mediante apresentação de documentação comprobatória e observância das disposições constantes na cláusula específica deste contrato.
- 12.8 Diante de eventos climáticos extremos que prejudiquem a execução do contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a ocorrência, acionar os seguros obrigatórios



contratados, caso tenha contratado, e negociar, quando cabível, a revisão dos prazos e condições contratuais.

- 12.9 Em caso de falência ou insolvência da CONTRATADA, será promovida a execução das garantias contratuais prestadas, podendo a CONTRATANTE rescindir o contrato e adotar nova licitação ou contratação emergencial, conforme legislação vigente.
- 12.10 Se identificado erro de projeto que comprometa a execução contratual, caberá à CONTRATANTE promover a revisão técnica e, se necessário, substituir o responsável técnico ou revisar as cláusulas afetadas.
- 12.11 Ocorrendo greves ou paralisações legais que impactem os prazos contratuais, o cronograma será ajustado, respeitado o limite de tolerância previsto em cláusula própria e garantida a avaliação para eventual reequilíbrio econômico-financeiro.
- 12.12 No caso de inadimplemento de pagamento por parte da CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá pleitear a suspensão parcial ou total da execução contratual, desde que previamente comunicado e formalmente justificado, sem prejuízo da renegociação dos prazos e condições, conforme disposições legais.

13. CLÁUSULA TREZE – PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO.

13. Na forma estabelecida pelo art. 130 da Lei Federal nº 14.133/21, poderá ocorrer alteração contratual, devidamente justificada e comprovada, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
13. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de até quinze dias úteis.

14. CLÁUSULA CATORZE – GARANTIAS OFERECIDAS PARA ASSEGURAR A PLENA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

- 14.1 Não serão exigidas garantias em espécies para assegurar o pleno fornecimento deste CONTRATO.
- 14.2 A garantia ofertada pela CONTRATADA em sua proposta permanecerá válida independentemente da vigência deste Contrato, obrigando-se a sanar, sem ônus para o CONTRATANTE, quaisquer vícios, defeitos ou falhas que venham a ocorrer no período de cobertura. Na ausência de garantia expressamente indicada, o prazo mínimo será de doze meses para todos os efeitos, da data de emissão da nota fiscal.



15. CLÁUSULA QUINZE – PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

- 15.1 O prazo mínimo de garantia independente de ser oferecida ou não pelo CONTRATADO será de doze meses contados da data de emissão da nota fiscal.
- 15.2 Em sendo oferecida garantia superior ao prazo estabelecido esta prevalecerá, e não se extinguirá com a vigência deste CONTRATO.
- 15.3 Em sendo exigida garantia nos termos da Lei 14.133/2021 esta obedecerá ao disposto no artigo 96 e seguintes do mesmo diploma legal, para todos os seus efeitos.
- 15.4 O objeto deste CONTRATO será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.
- 15.5 A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA cabendo dar toda a assistência para o melhor encaminhamento da demanda, caso necessária.
- 15.6 A garantia do produto quando declarada na proposta não se extingue com a vigência deste Contrato.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS E SUAS BASES DE CÁLCULO.

16.1 São obrigações do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o CONTRATO e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
- c) Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente CONTRATO;
- f) Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do CONTRATO;
- g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- i) Concluída a instrução do requerimento por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE terá o prazo de *até quinze dias úteis* para decidir a respeito do requerimento, admitida a prorrogação por igual período.



- j) Notificar os emitentes das garantias, quando for o caso, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- k) A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do CONTRATO, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16.2 São obrigações do CONTRATADO:

- a) O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data prevista para a entrega, qualquer fato que impossibilite o cumprimento do prazo estabelecido, apresentando, obrigatoriamente, a devida comprovação documental do motivo alegado;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/gestor do CONTRATO ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do CONTRATO, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) Cumprir, durante todo o período de execução do CONTRATO, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando for o caso;
- i) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do CONTRATO;
- j) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança;



- k) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste CONTRATO;
- l) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- m) Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- n) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- o) O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- p) O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- q) Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.
- r) A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do CONTRATO nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- s) A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - II. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da União;
 - III. Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
 - IV. Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;



- V. Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
- VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
- 17. CLÁUSULA DEZESSETE – DAS CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E A DATA E A TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO, QUANDO FOR O CASO.**
17. Não se aplica.
- 18. CLÁUSULA DEZOITO – DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES POR ELE ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA A HABILITAÇÃO NA LICITAÇÃO, OU PARA A QUALIFICAÇÃO.**
- 18.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, no Pregão Eletrônico.
- 19. CLÁUSULA DEZENOVE – DA OBRIGAÇÃO DE O CONTRATADO CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PREVISTA EM LEI, BEM COMO EM OUTRAS NORMAS ESPECÍFICAS, PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ.**
- 19.1 O CONTRATADO obriga-se a manter durante toda a vigência deste CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, quando for o caso, em cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz.
- 20. CLÁUSULA VINTE – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.**
- 20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 20.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para



apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 20.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor/fiscal de contratos.
- 20.7 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 20.8 O gestor/fiscal de contratos anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - 20.8.1 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o gestor/fiscal de contratos emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
 - 20.8.2 O gestor/fiscal de contratos informará à Diretoria Geral, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
 - 20.8.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o gestor/fiscal de contratos comunicará o fato imediatamente à Diretoria Geral.
 - 20.8.4 O gestor/fiscal de contratos comunicará à Diretoria Geral, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 20.9 O gestor/fiscal de contratos verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
 - 20.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o gestor/fiscal de contratos atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao Diretor Geral para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 20.10 O gestor/fiscal de contratos coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
 - 20.10.1 O gestor/fiscal de contratos acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
 - 20.10.2 O gestor/fiscal de contratos acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as



medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

- 20.10.3 O gestor/fiscal de contratos emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, caso ocorram, ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 20.10.4 O gestor/fiscal de contratos tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 20.11 O gestor/fiscal de contratos poderá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 20.12 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.
- 20.13 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
 - Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais e à dívida ativa da União**;
 - Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei nº 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
 - Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
 - Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal (CND)** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;



- f) As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

21. CLÁUSULA VINTE E UM – DOS CASOS DE EXTINÇÃO.

- 21.1 O CONTRATO se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 21.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o CONTRATO.
- 21.2.1. Quando a não conclusão do CONTRATO referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do CONTRATO e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 21.3 O CONTRATO pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 21.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 21.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o CONTRATO.
- 21.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 21.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 21.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 21.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 21.4.3 Indenizações e multas.

22. CLÁUSULA VINTE E DOIS – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 22.1 **Vigência:** A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026; contados da data de sua assinatura consignada pela última assinatura digital aposta no Contrato. No caso de o contrato ser assinado digitalmente ou por meio híbrido (parte física e parte digital), prevalecerá, para todos os fins, a data da última assinatura digital aposta no sistema eletrônico oficial utilizado, sendo esta considerada como a data efetiva de início da vigência contratual. Essa data será válida e eficaz para fins de contagem de prazos, exigibilidade das obrigações e demais efeitos decorrentes do presente contrato. Caso o contrato seja assinado exclusivamente de forma presencial (física), prevalecerá a data indicada após a última cláusula do contrato como marco inicial, considerada igualmente válida e eficaz para todos os fins, inclusive para a contagem de prazos, exigibilidade de obrigações e demais efeitos legais decorrentes deste instrumento.



22.2 **Renovação:** Não haverá renovação contratual.

23. CLÁUSULA VINTE E TRÊS – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

23.1 O fornecimento e a execução do objeto contratual serão acompanhados e geridos pela servidora Tamara Martiniuk, designada como gestora do contrato por meio da Portaria nº 30/2025, e fiscalizados pelo servidor Carlos Alberto Cláudio, designado como fiscal do contrato conforme Portaria nº 23/2025, ou por outros servidores que venham a substituí-los mediante formal designação administrativa. Admite-se, ainda, a contratação de terceiros pela Administração para prestar apoio técnico e operacional, bem como fornecer subsídios necessários ao adequado desempenho das atividades de gestão e fiscalização contratual.

24. CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO PREPOSTO.

24.1 Nos termos do artigo 118 da Lei nº 14.133/2021 o preposto do CONTRATADO para representá-lo na execução do CONTRATO aceito pela Administração é o Sr. Silvio Aparecido de Medeiros.

25. CLÁUSULA VINTE E CINCO – DAS ALTERAÇÕES.

25.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

25.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.3 Registros que não caracterizam alteração do CONTRATO podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. CLÁUSULA VINTE E SEIS – DA PUBLICAÇÃO.

26.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

27. CLÁUSULA VINTE E SETE – CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO.



- 27.1 Ficam estabelecidos os seguintes critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento:
- Em caso de atraso do pagamento imputável exclusivamente à CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à correção monetária a partir do primeiro dia posterior ao termo final do prazo para pagamento. Para a correção monetária será usado o IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro oficial que vier a substituí-lo.

28. CLÁUSULA VINTE E OITO – DO FORO.

- 28.1 É eleito o Foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Extrema (MG), 22 de junho de 2026.

Signatários:

Rafael Silva de Souza Lima
Presidente
Câmara Municipal de Extrema
CONTRATANTE

Silvio Aparecido de Medeiros
Representante Legal
Silvio Aparecido de Medeiros Eletrônicos - EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

01. Assinatura Digital

02. Assinatura Digital